

MPF diz que só arquivou parte das investigações contra Palocci

A Procuradoria da República no Distrito Federal afirmou, nesta segunda-feira (3/10), que ainda mantém investigações sobre a evolução patrimonial do ex-ministro Antonio Palocci, iniciadas em 2011. A revista eletrônica **Consultor Jurídico** [publicou no sábado](#) que foi arquivado um inquérito contra ele, por falta de indícios de irregularidades. Segundo o Ministério Público Federal, porém, essa apuração foi desmembrada e, enquanto uma parte foi arquivada, também deu início a outras duas, que seguem em andamento.

O MPF vê possível práticas de ato de improbidade administrativa envolvendo a consultoria de Palocci, a montadora Caea e o escritório de advocacia do ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos (morto em dezembro de 2014), referente à fusão do Grupo Pão de Açúcar (Companhia Brasileira de Distribuição) e a Casas Bahia.

Já quanto aos demais contratos investigados, houve o arquivamento, pois não foram encontrados qualquer indício de práticas ilegais. A lista de empresas envolvidas não foi divulgadas. A **ConJur** apurou que, entre elas, está a petroquímica Unipar Carbocloro.

As investigações começaram em 2011, após uma série de notícias do jornal *Folha de S.Paulo* apontar que o patrimônio de Palocci cresceu 20 vezes entre 2006 e 2010, período em que era deputado federal. Em sua defesa, o ministro alegou que a evolução foi registrada em sua declaração da renda à Receita Federal, resultado de serviços de consultoria prestados por ele e sua empresa. Palocci está preso hoje, investigado na operação "lava jato".

Incentivos e serviços

O procurador da República Frederico Paiva, que investiga o caso, avalia que há indícios de que um contrato entre a montadora Caea e a empresa de Palocci teve como objetivo acobertar a prática do crime de tráfico de influência, no processo de edição de medidas provisórias que concediam benefícios fiscais à indústria automobilística.

A defesa de Palocci contestou, afirmando que na época da aprovação da Medida Provisória investigada Palocci encontrava-se ausente das deliberações parlamentares, não tendo participado da apresentação de emendas, dos respectivos debates e da votação da referida proposição legislativa.

Contudo, o procurador federal considerou que as investigações a respeito desse contrato devem continuar, pois, em uma ação penal já em andamento, "notou-se a prática dos crimes de corrupção de funcionários públicos diretamente envolvidos no trâmite de edição da Medida Provisória 512/10". A MP, que é investigada na operação zelotes, foi convertida na Lei 12.407/11, prorrogando incentivos fiscais a montadoras.

Agência Brasil



MPF diz que prosseguem investigações de contratos entre Palocci e empresas.
Agência Brasil

Sobre o outro caso, o procurador levou em consideração uma auditoria privada feita por determinação do Grupo Casino, atual responsável pelo Grupo Pão de Açúcar. "Na oportunidade, a despeito dos altos valores envolvidos, não foram localizados registros formais que comprovassem a efetiva prestação do serviço oferecido pela Projeto Consultoria [empresa de Palocci]."

"Não há a afirmativa de que os serviços não foram prestados, mas sim de que não se localizaram na companhia, no momento presente, documentos oficiais ou e-mails corporativos a eles atinentes", diz trecho da auditoria.

Assim, Paiva concluiu pela necessidade de um aprofundamento das investigações em relação a esses contratos. "De fato, tais ilícitos, caso comprovados, denotariam a ilicitude da evolução patrimonial de Antônio Palocci – objeto do presente inquérito civil", afirmou.

Diante da complexidade do inquérito e dos próprios supostos ilícitos investigados, o procurador determinou seu desmembramento, instaurando duas novas Notícias de Fato, uma para cada contrato investigado. Ainda está em andamento um terceiro caso, relacionado ao frigorífico JBS.

Em nota, o MPF diz que todas as informações já produzidas até o momento serão aproveitadas nas novas investigações.

O advogado **José Roberto Batochio**, que representa Palocci e também o grupo Cacaó, afirma desconhecer a continuidade das apurações. Para ele, a decisão de arquivar o inquérito demonstra a falta de indícios de quaisquer irregularidades. Segundo o criminalista, não faz sentido agora "ressuscitar" o caso.

Clique [aqui](#) para ler o despacho de desmembramento.

Date Created

03/10/2016